



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº01/2019

----- Aos onze dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezanove, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Luis Filipe Santana Dias, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Não foram presentes atas para aprovação. -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Dois milhões, vinte e sete mil, cento e quarenta e seis euros e quarenta e quatro cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e trinta e seis mil, oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos. -----

----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----

----- VALORSUL - POSIÇÃO COMUM, APRESENTADA PELOS MUNICÍPIOS ACIONISTAS, SOBRE OS TARIFÁRIOS APROVADOS PELA ERSAR, PARA A RECOLHA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o assunto para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre o mesmo. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Fez a seguinte intervenção: “Considerando o novo ano que se inicia eu gostaria de desejar a todos um ano de dois mil e dezanove recheado de muita saúde, muita paz,

muitos sucessos pessoais e profissionais, mas também de muitas experiências construtivas saudáveis e harmoniosas. Porque estou ligada à área do desporto desejo também pela vossa saúde que pratiquem muito exercício físico. Alguém dizia que “sozinhos vamos mais depressa, mas que juntos vamos mais longe” e que neste ano que se inicia vamos caminhar, embora muitas vezes com ideias diferentes, posicionamentos diferentes, mas que possamos caminhar mais e mais longe, em torno do objetivo que nos une a todos e que se prende com a busca e o empenho por um concelho de Rio Maior ainda mais forte e mais capaz para enfrentar os desafios que irão ser colocados. A todos renovo os meus votos de um excelente ano dois mil e dezanove.-

----- E por falar em desafios que se avizinham gostaria de deixar aqui uma nota sobre a Lei 50/2018 que estabelece o quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais para concretizar os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do Poder Local. Assim, em primeiro lugar gostaria de deixar aqui um agradecimento à Senhora Presidente pela iniciativa de querer reunir connosco, penso que ainda hoje, no sentido de podermos conversar sobre esta matéria. Esta matéria é, na minha opinião, sensível e de muita importância para a vida dos concelhos e questiono se já houve, é provável que sim, mas se não houve, sugiro, eventualmente, a criação de condições que também permitam uma discussão mais alargada, ouvindo a comunidade, e também, naturalmente, articular este tema com as Juntas de Freguesia, mas com certeza que a Senhora Presidente já o fez. Como descrito no artigo vigésimo nono desta Lei, parte das competências podem ser passivas de delegação nas Juntas e por esta via também proporcionar à Câmara um meio de apoio e algum auxílio, aumentando, dentro da medida do possível, a proximidade ao cidadão. Mas esta Transferência de Competências e de acordo com a Lei e com a própria Declaração Conjunta sobre descentralização que foi assinada pelo PS e pelo PSD previu o princípio do gradualismo para que todas as Autarquias Locais, assumam as novas competências até dois mil e vinte e um, sendo inscrito nos Orçamentos de Estado de dois mil e dezanove, vinte e um, o montante do Fundo de Financiamento da Descentralização que incorpora os valores a transferir para as Autarquias Locais que financiam as novas competências. Contudo os vários Decretos-Lei já publicados para cada um dos domínios, como por exemplo para a Justiça, Habitação, Património Público, Bombeiros Voluntários, entre outros, que especificam efetivamente cada domínio, quais as competências a serem transferidas, também define, para cada um deles os prazos de aceitação para comunicação à DGAL. Também no portal autárquico da DGAL nós podemos aceder ao mapa resumo dos calendários aplicáveis onde podemos verificar que os prazos efetivamente são muito apertados, e dependendo da área setorial, teremos de dar

resposta, segundo entendi, entre trinta e um de janeiro e dois de fevereiro, e, para que não restem dúvidas, deste ano claro, sendo o órgão competente para aprovação a Assembleia Municipal. -----

----- Exposto isto, confesso que tenho algumas reservas sobre esta matéria, mas julgo que, com cuidado e bom senso, chegaremos a bom porto.”-----

----- Mais uma vez agradeço a iniciativa da Senhora Presidente para podermos falar sobre estas questões antes da próxima reunião de Câmara -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes, desejando um bom ano de dois mil e dezanove. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se ao ano eleitoral de dois mil e dezanove dizendo que irão decorrer as eleições Europeias e as eleições Legislativas que são dois momentos da maior relevância política e cívica para o País e para a Europa. Em sua opinião, a Europa faz bem à “Saúde” de Portugal, referindo que para Portugal, a Europa, as Instituições Financeiras e o Financiamento Europeu são da maior importância, opinando ainda que nos últimos anos a integração Europeia, foi absolutamente decisiva para o desenvolvimento do País. Manifestou o seu descontentamento pelo facto das eleições Europeias terem a taxa de participação mais reduzida de todo o conjunto das eleições e referiu que compete à Câmara Municipal dinamizar ações de reforço e sensibilização, dizendo que a votação será tão mais reforçada, quanto maior for o trabalho desenvolvido pelos políticos. -----

Lembrou que o Presidente da República, na mensagem de ano novo, disse que terão de existir políticos e políticas, mais confiáveis, mais competentes e mais “sérios”, competindo às instituições locais, fazer um reforço junto das escolas, do movimento educativo e associativo, realçando a importância dos atos eleitorais, nomeadamente, o Europeu, que, em sua opinião, é muito importante. Disse ainda que a Europa está a viver um momento delicado e sensível com as questões relacionadas com o *Brexit*, com o extremismo e os radicalismos de direita e de esquerda. Frisou de novo que a Câmara Municipal deve dinamizar ações com as escolas, com o movimento associativo de reforço da importância da participação nas Eleições Europeias e também nas Eleições Legislativas a realizar em outubro. -----

----- Continuou a intervenção referindo que tem conhecimento que Rio Maior nos últimos anos não tem sentido a necessidade ou não tem tido a perceção desse programa, que em sua opinião pode valorizar o território criativo, cultural, histórico e patrimonial de Rio Maior. Disse que muitas vezes se olha para os Fundos Europeus numa perspetiva de *hardware*, das obras, das estradas, das casas dos edifícios e do saneamento, referindo que, frequentemente, o imaterial fica esquecido. Disse ainda que

estando a Câmara a dinamizar um conjunto de ações relacionadas com o investimento no Património Imaterial, que, em sua opinião, tem sempre uma ligação forte ao património físico, lembrando a propósito que existe um programa designado por “Europa Criativa”, o qual teve uma sessão de esclarecimento na Oeste CIM, em Caldas da Rainha, no passado dia onze de dezembro e referiu que durante o mês de janeiro estão previstas um conjunto de sessões para decorrerem em Coimbra, Loulé e Guimarães. Lembrou que este programa tem representação em Portugal, com um Gabinete de Gestão, que está a preparar o programa para os próximos anos, de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e sete, sugerindo que a Câmara estivesse atenta, identificando mais informação, fazendo uma ligação ao Gabinete que em Portugal faz a gestão deste Programa, para que, nos domínios do património, da história e da cultura, Rio Maior possa aproveitar estas fontes de inovação, de financiamento e desenvolvimento. -----

----- Ainda sobre esta matéria referiu a Mina do Espadanal, a Villa Romana, o programa do Poeta Ruy Belo e outras iniciativas na área da história do património e da cultura que podem ser valorizadas e alavancadas com outras ideias de investimento financiadas no âmbito deste Programa da Europa Criativa que, em sua opinião, é um bom exemplo do que a Europa pode fazer por Portugal e por Rio Maior.-----

----- Ainda sobre a temática da importância da história da cultura disse que por motivos profissionais não tivera oportunidade de participar na sessão que decorreu na Biblioteca Municipal Laureano Santos, sessão esta que foi dinamizada pela VIA VITAE – Associação Portuguesa a Favor da População Sénior, com o apoio institucional da Câmara Municipal e das Escolas Secundária, Profissional e Superior de Desporto, opinando que este é um trabalho fundamental para a preservação da memória da cidade e do concelho. Trata-se de um trabalho relevante que de futuro deve ser impulsionado com o apoio institucional, operacional e de liderança da Câmara Municipal, referindo a propósito uma aula que foi dinamizada pelo Ex-Presidente da Câmara, Dr. Silvino Sequeira na Universidade Sénior, salientando a disponibilidade do Dr. Silvino Sequeira, que foi Presidente de Câmara durante vinte e quatro anos, para integrar o corpo docente da Universidade Sénior, lecionando uma aula de história, numa perspetiva de desenvolvimento local, considerando que a Câmara Municipal deveria dinamizar a criação de um Grupo de Trabalho constituído por pessoas com diversas orientações político-partidárias, que amem Rio Maior e que tenham “o gosto e o amor pela sua “terra”, Grupo este que deveria iniciar um projeto de organização de um livro sobre a História de Rio Maior, referindo que esta inexistência é uma falha no que diz respeito à História do concelho. Recordou que a Câmara tomou a iniciativa de fazer duas edições da História da vida Autárquica, do Poder Local e dos Presidente de Câmara, opinando que as mesmos são fantásticas, referindo haver imagens de grande qualidade destas

edições e opinou que estas energias e estes trabalhos que estão a ser feitos deveriam ser aproveitadas pelas escolas, por este Movimento Associativo das Memórias da Cidade, e, também o interesse do Dr. Silvino Sequeira para dinamizar aulas de História na Universidade Sénior, criando um Grupo de Trabalho alargado que possa perspetivar a concretização de uma obra maior, nomeadamente um Livro com a História de Rio Maior. Sugeriu que esta iniciativa seja desencadeada e opinou tratar-se de um trabalho com resultados a longo prazo. -----

----- Ainda no uso da palavra manifestou o desejo que durante o ano de dois mil e dezanove, em Rio Maior, se concretizem obras tão importantes como o IC2, na Asseiceira, esperando que a Câmara Municipal, conjuntamente com as entidades da Administração Central - Infraestruturas de Portugal, consigam chegar a um patamar de entendimento para que a obra seja realizada. Desejou ainda que a requalificação da EN114 possa avançar e que o Setor das Águas em Rio Maior possa melhorar e evoluir para que os números gravosos das perdas de água não se mantenham. Disse ainda que em diversos pontos do concelho continuam a existir fugas e roturas opinando que a Câmara deve encontrar uma forma financeira e técnica para estancar essa “hemorragia” ambiental e financeira, considerando que a Câmara está a perder cerca de um milhão de euros anual com estas perdas de água. Frisou que a gestão do abastecimento público de água à cidade e ao concelho deve ser uma prioridade.-----

-----Terminou a intervenção desejando a todos um feliz e pacífico ano dois mil e dezanove. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção desejando a todos um bom ano de dois mil e dezanove, com harmonia, independentemente das opiniões. Concordou com a Vereadora Vera Simões quando esta diz que muitas vezes da divergência nasce a luz, desejando que todos se consigam entender para que Rio Maior possa continuar no bom caminho e assim continuar a caminhar rumo ao progresso. Referiu que não era sua intenção usar da palavra, mas no entanto gostaria de dizer que concorda com o Vereador Daniel Pinto quando este refere a necessidade de começar a fazer registos da História de Rio Maior, porque apesar de existirem algumas publicações da História de Rio Maior, onde foi registado todo o trabalho autárquico realizado em prol do desenvolvimento do concelho.- Frisou que todas as outras publicações já têm longas décadas dizendo que existe uma lacuna temporal entre as mesmas. -----

----- Finalizou a intervenção lembrando as palavras proferidas pelo Diretor da Escola Secundária de Rio Maior quando durante uma reunião expôs o que, em seu entender, está a acontecer em Rio Maior, “os livros vivos da nossa Terra estão a desaparecer”. --

----- VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por desejar a todos um Feliz e produtivo ano de dois mil e dezanove. ---

----- Continuou a intervenção reportando-se aos Presépios de Sal, evento que fez com que se terminasse o ano de dois mil e dezoito e se iniciasse o ano de dois mil e dezanove, com muito sucesso. Disse também que passaram milhares de pessoas pelas Salinas de Rio Maior, salientando que este evento foi motivo de distinção na Comunicação Social, Local e Nacional. Opinou que este evento deu um salto qualitativo, fruto da união de esforços entre a Câmara Municipal e o Comércio Local. Opinou ainda que Rio Maior tem mais uma forma de se diferenciar e que irá ser potencializada, nomeadamente as visitas guiadas que somaram um total de cerca de três mil e quinhentas pessoas, sendo que muitos dos visitantes apareceram sem visitas agendadas, o que não permite fazer a sua contabilização. Disse ainda que, aproveitando o entusiasmo do Comércio Local, neste momento, já se está na fase de prospeção para o próximo evento. Lembrou também que quando este evento foi encerrado os comerciantes propuseram uma reunião onde irá ser debatido um ponto referente à quantidade de sal armazenado para o próximo ano, a fim de se dar uma nova dimensão aos presépios, tanto em qualidade, como em quantidade. -----

-----Terminou a intervenção frisando que este evento é merecedor de distinção e reconhecimento. -----

----- VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção desejando a todos um bom ano dois mil e dezanove em termos pessoais e profissionais. -----

----- Referindo-se à Descentralização de Competências lembrou que o PSD em abril de dois mil e dezoito assinou em conjunto com o PS um acordo que coloca à frente dos interesses partidários, os interesses do País, ao contrário do que o PS fez num passado recente, em que não quis fazer qualquer acordo com o PSD quando este estava à frente dos destinos do País. -----

----- Lembrou ainda que este acordo previa fundamentalmente uma nova Lei com um novo quadro de descentralizações e uma nova Lei das Finanças Locais que previa um fundo de financiamento para a descentralização. Recordou também que o PS não cumpriu este acordo, e, neste momento não existe uma Lei que preveja o fundo de financiamento da descentralização, e mesmo o Orçamento de Estado não contempla verbas para este fundo. Questionou como é que o Governo quer que se tomem decisões, quando não estão previstas as verbas para acompanhar a descentralização em curso.-----

----- Ainda no uso da palavra e para terminar referiu que a Delegação de Competências é obrigatória em dois mil e vinte, opinando que seria de todo o interesse existir um período transitório, com algumas competências que pudessem ser descentralizadas, para se adquirir alguma experiência, situação que se concretizou porque o PS não fez o seu trabalho. -----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção desejando que o ano de dois mil e dezanove seja um ano de continuidade e acréscimo do sucesso ao que tem sido a vida de Rio Maior. -----

----- Sobre as questões apresentadas pelo Vereador Daniel Pinto começou por se reportar ao setor das águas, salientando que esta matéria é um dos pontos principais de ação da Câmara desde o final de dois mil e dezassete, embora ainda não existam resultados palpáveis, considerando tratar-se de um problema que não se resolve em quatro anos, dado tratar-se de um problema que vem de trás, com um sistema de águas que não teve durante muitos anos o investimento necessário. Esclareceu que seis por cento do valor que é previsto gastar no sistema de águas, terá de ser de reinvestimento e de recuperação das redes, considerando que durante muitos anos não houve qualquer investimento na rede de águas do concelho, opinando que esta questão é uma “maleita” existente no concelho, dado que o sistema existente no concelho é muito antigo, com condutas cujo tempo útil de utilização já foi ultrapassado há muitos anos. -----

----- Em sua opinião existiu um momento histórico negativo porque o concelho é autossuficiente na quantidade de água disponível no subsolo, a qual é de elevada qualidade, mas foi tomada a decisão, até para cumprimento de objetivos, inclusive os europeus, de começar a unificar o abastecimento de água, até para controlar a sua qualidade. Explicou que essa uniformização aconteceu quando a Câmara assinou o contrato com as Águas do Oeste, considerando que se correu o risco de tornar ruínosa a gestão das águas em baixa, quando a Câmara assumiu a compra da água em alta à empresa Águas do Oeste. Referiu que a rede não estava preparada para receber esta água e o que se passa em Rio Maior é gravíssimo e as perdas de água começaram também a ser más financeiramente, dado que os custos de exploração, de captação e de transporte da água, da qual grande parte desta água é gasta em perdas e que passou a ter um custo financeiro direto. Salientou que as perdas têm diversas leituras, nomeadamente as perdas reais provocadas por mau estado das condutas, por fugas, roturas etc., assim como existem também as perdas aparentes, exemplificando com a construção de um edifício comunitário em que a Câmara não cobre água por ser um custo social e não coloca o contador nessa construção. Lembrou o custo associado a estas construções, assim como o custo que representa as perdas de água efetivas em

Rio Maior, que são preocupantes, resultando, conseqüentemente, num eixo de ação prioritária para o Município.-----

----- Continuou a intervenção referindo-se à Expo Conferência da Água onde esteve presente, onde ficou claro que o estado do País é muitíssimo preocupante e que todos os Municípios como entidades gestoras da rede de fornecimento de água em baixa, têm perdas que variam entre os quarenta e os setenta por cento, referindo mais uma vez que os consumos autorizados que não são faturados, não são controlados, passando a ser perdas. Disse ainda que a qualidade da rede é manifestamente insuficiente para poder receber a água, o que significa que se está a comprar água para meter num “cesto roto”. Referiu ainda que ao logo do tempo, os diversos Executivos desde que a Senhora Presidente assumiu o cargo e atravessando os anos de maior dificuldade financeira de que há memória para as entidades públicas, foram feitos investimentos na rede de águas do concelho, como por exemplo em Arco da Memória e Vila da Marmeleira, onde se resolveu problemas com muitos anos de existência. -----

----- Também se congratulou pela abertura de um aviso de candidatura do POSEUR que possibilita a candidatura das Câmaras Municipais a fundos para redução de perdas de água e remodelação de sistemas de água em baixa. Informou que os técnicos da Câmara estão a trabalhar na referida candidatura a estes fundos, com um montante máximo ilegível de um milhão e meio de euros, aproximadamente. Informou ainda que o custo previsto no projeto para ser implementado na rede de influência do Via Vai, cifrar-se-á em um milhão e quatrocentos mil euros, aproximadamente, pelo que, em sua opinião, irão existir condições para que esta candidatura seja aprovada, sendo expectável que o seu financiamento ronde os cerca de oitenta e cinco por cento e tem dúvidas que neste momento algum Município no País reúna condições para submeter um projeto como o da Câmara Municipal. Disse ser expectável que no decorrer do presente mandato esta obra seja executada, lembrando ainda que num sistema manifestamente insuficiente e com falta de investimento, se espera conseguir resolver este problema, cuja resolução será um acréscimo fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos riomaiorenses. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Começou por se referir a uma notícia publicada no “JN” explicando que quando se fala na percentagem de cinquenta e quatro, um por cento de desperdício de água no concelho de Rio Maior, o que está contabilizado é o valor que não é faturado e onde não existe contador. Informou que a Câmara já começou a colocar contadores, mas ainda não houve o pagamento relativo a estes consumos que não eram faturados e solicitou que não se espalhasse o terror, face a situações que estão a ser trabalhadas e que são uma prioridade, referindo-se a comentários que vão circulando de que Rio

Maior está isolado porque há época foi decidido não aderir à empresa das Águas do Ribatejo. Referiu que esta empresa é um exemplo de sucesso e é apresentado pelo Governo, como um exemplo a replicar para acabar com a agregação dos subsistemas onde neste momento o Município de Rio Maior está pelo facto de, em dois mil e três, se ter optado por aderir às Águas do Oeste. Disse ainda que se tem feito esforços para aderir às Águas do Ribatejo, sendo esta uma prioridade deste Executivo.-----

----- Disse ainda que espera que as percentagens sejam interpretadas com responsabilidade e reforçou que as perdas e os desperdícios de água resultam das más condições da rede e também dos consumos resultantes dos investimentos feitos pelas Associações que por serem custos sociais é entendimento da Câmara não os faturar. -

----- De seguida referindo-se à intervenção do Vereador Daniel Pinto disse concordar com o desafio lançado de se trabalhar mais a “Europa” mencionando que também é uma europeísta convicta. Lembrou que têm sido realizadas algumas iniciativas nas escolas no âmbito do Dia da Europa e concordou com a sugestão de também fazer ações de sensibilização sobre as eleições europeias que se aproximam. Recordou que a percentagem de abstenção nas eleições europeias é assustadora, referindo que quanto mais afastado está o objetivo dos atos eleitorais, maior é a abstenção. -----

----- Relativamente à criação de um livro com as Histórias de Rio Maior disse que sempre que é oportuno lança o desafio aos riomaiorenses para escreverem as suas memórias para que depois a Câmara consiga tratar essa informação e lembrou que existe um trabalho em execução no âmbito da recolha dessas memórias. Informou que também existiram registos do Guia Gastronómico e manifestou descontentamento por não ter ficado em vídeo, salientando que as memórias devem perdurar no tempo. Relativamente ao Dr. Silvino Sequeira disse que já falaram sobre este assunto e que ele deveria escrever as memórias da sua vida pública, tudo o que não foi possível ficar em ata. -----

Seguidamente referindo-se às questões do IC2 e EN114 informou que o Gabinete está a elaborar o projeto da requalificação da EN114 entrou em contacto com a Câmara e informou que iria ser agendada uma reunião com a presença de responsáveis das Infraestruturas de Portugal, acreditando que este será o impulso que tem faltado, para se avançar com esta obra. -----

----- Continuou no uso da palavra e sobre a descentralização disse à Vereadora Vera Simões que este foi um debate no âmbito da Comunidade Intermunicipal e referiu que a descentralização não é só para os Municípios, mas também para as Comunidades Intermunicipais e para as Freguesias, informando que para as Comunidades Intermunicipais são quatro as competências a transferir.-----

----- Também informou que a posição pública da CDU é de não aceitação tal como já foi dado conhecimento em Reunião de Câmara. Informou ainda que o Fundo de Financiamento da Descentralização para dois mil e dezanove não está dotado de qualquer verba, referindo ainda que por Despacho do Ministro da Tutela, o Fundo de Financiamento, poderá ser dotado com uma verba para esse feito. Informou ainda que os municípios nos seus orçamentos para dois mil e dezanove não contemplaram qualquer verba para estas áreas. Disse ainda que no âmbito das Comunidades Intermunicipais quem quer efetivamente descentralizar não publica legislação que prevê que para as competências passarem para os municípios da respetiva comunidade, todos têm que aceitar por unanimidade. Disse que esta é uma questão muito importante numa lógica do desenvolvimento da região e das quatro transferências, Justiça, Bombeiros, Promoção Turística e Fundos Comunitários, talvez se consiga que a CIMLT venha a aceitar, depois de tomadas as deliberações em reunião de Câmara e de Assembleia Municipal, para que as comunidades intermunicipais deliberem também. Frisou que este assunto ainda não está bem clarificado e informou que está agendada uma reunião com o Senhor Ministro onde este assunto irá ser debatido. Ainda sobre este assunto disse que a maioria dos municípios já têm as suas posições tomadas e estão a convocar Assembleias Extraordinárias. -----

----- Manifestou o seu descontentamento pelo facto de os municípios estarem ao sabor das decisões do Governo exemplificando com a publicação dos diplomas sectoriais que pressupõem a realização de uma Assembleia Extraordinária com um encargo para a Câmara no valor de cerca de quatro mil euros, considerando os encargos associados e frisou que seria importante que houvesse da parte do Governo outra relação institucional com os municípios. -----

----- Terminou esta matéria referindo que é uma “Mulher do Poder Local” e completamente favorável à descentralização baseando-se no princípio da subsidiariedade e partindo do princípio de que quem está mais próximo faz melhor. ----

-----Seguidamente leu uma tomada de posição do Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios: “Em sequência da situação que se está a viver, a ANMP exige ao Governo e aos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República que clarifiquem qual o procedimento legal que garanta o financiamento do processo de descentralização em curso devendo esta clarificação ser efetuada antes da publicação e entrada em vigor dos restantes Decretos-Lei sectoriais”. Finalizou referindo que esta tomada de posição é datada de oito de janeiro e nada aconteceu. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHO 2/2019 - FUNDOS DISPONÍVEIS - INTEGRAÇÃO DO SALDO GERÊNCIA 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ratificar o despacho 2/2019 exarado pela Sr.^a Presidente da Câmara Municipal no dia 8 de janeiro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo 1 da Lei n.º 75/2013 de 12 de janeiro, pelo qual se determinou autorizar que aos fundos disponíveis seja considerado o saldo de gerência de 2018 no montante de € 1.869.534,49 transitado da execução orçamental da gerência de 2018. Mais se determinou que nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro, que quando os montantes autorizados diverjam dos valores efetivamente cobrados ou recebidos deverão os serviços competentes, proceder à correção dos respetivos fundos disponíveis. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----
----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO II – DONATIVOS EM ESPÉCIE - EMPRESA LUSICAL AO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR.**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação em n.º 4/2019-UFAS de 02 de janeiro e nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aceitar os donativos em espécie da Empresa Lusical – Companhia Lusitana de Cal, S.A., para o ano de 2019.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----
----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO III – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA O ANO DE 2019 - APROVISIONAMENTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a constituição do Fundo de Maneio para 2019, no valor de € 500,00 (quinhentos euros), sendo sua titular a Técnica Superior Vanda Nunes. Nas suas faltas e impedimentos será substituída pela Assistente Técnica Rute Parreira. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----
----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO IV – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA O ANO DE 2019 – BIBLIOTECA MUNICIPAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a constituição de um fundo de maneiio no valor de 125,00€, para a Biblioteca Municipal destinado a materiais e despesas correntes com atividades ao longo do ano, tendo como titular o Técnico Superior David Ferreira, e nas suas faltas e impedimentos a Técnica Superior Isabel Casal, nos termos da informação supra citada. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PONTO V – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA O ANO DE 2019 – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS (CPCJ);** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação n.º46 /SAS/UFAS/2018, autorizar a constituição de fundo maneiio para o ano de 2019, no valor mensal de 102,35€ (cento e dois euros e trinta e cinco cêntimos), na Unidade Financeira e de Ação Social, sendo o seu titular – Andreia Filipa Rosa Martins e em sua substituição, nas suas faltas e/ou impedimentos, Catarina Sofia Machado Frazão. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VI – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA O ANO DE 2019 – GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA (GAP)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a concessão de um fundo de maneiio para o Gabinete de Apoio à Presidência, para o ano de 2019, para ocorrer, a pequenas despesas urgentes e inadiáveis, no valor de 500 € (quinhentos euros), sendo titular Ana Almeida, secretária da Presidência, substituída nas suas faltas e impedimentos pela Técnica Superior, Sandra Vieira.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.

----- **PONTO VII – CONSTITUIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO PARA O ANO DE 2019 – ESTALEIRO.**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a atribuição de um fundo de maneiio, para o Estaleiro Municipal, no ano de 2019, no valor mensal de 500,00 €, (quinhentos euros), sendo seu titular o assistente Técnico, Gonçalo Amaro, substituído nas suas faltas e impedimentos pela Assistente Técnica, Isabel Santo. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII – DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO NA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO - CIMLT -**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, que seja designada como representante do Município de Rio Maior, na Central de Compras Eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CCE-CIMLT), a Técnica Superior Dra. Vanda Nunes. -----

----- Nas faltas e impedimentos, que a mesma seja substituída pela Assistente Técnica Ana Carreira. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS PARA O ANO DE 2019- PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE MAPA FINANCEIRO – CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS- ACORDOS DE EXECUÇÃO;** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, ao abrigo do n.º 2 da cláusula 6.ª dos contratos interadministrativos, e do n.º 3 da cláusula 3.ª dos acordos de execução, e em consonância com a deliberação da Assembleia Municipal de 24 de fevereiro de 2018, autorizar a atualização do mapa financeiro, referente à transferência dos recursos financeiros, no valor total de € 550.000, (quinhentos e cinquenta mil euros), conforme mapa em anexo, destinados à execução dos contratos interadministrativos | acordos de execução, celebrados com as respetivas freguesias do concelho de Rio Maior, no âmbito da delegação de competências para o ano de 2019.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Referindo-se ao quadro que se encontra na segunda página relativamente à conservação dos espaços verdes e no que concerne à Junta de Freguesia de Rio Maior questionou se há a definição concreta dos espaços verdes em que esta junta vai ter uma ação de conservação e preservação. Seguidamente sugeriu que devia ser reforçada a participação na conservação dos Centros Escolares opinando que se os pequenos arranjos ficarem a cargo das Juntas, os serviços da Câmara ficariam mais aliviados. Desta forma também a Junta de Freguesia de Rio Maior deveria agarrar esta competência, uma vez que as outras já vão intervencionando.-----

----- **VEREADOR LUIS FILIPE SANTANA DIAS** -----

----- Interveio para informar a Vereadora Ana Filomena Figueiredo que os espaços verdes que estão pré acordados com a Junta de Freguesia Rio Maior ainda estão sujeitos a ajustes durante o ano, consoante as operações que haja necessidade de fazer, e consoante a capacidade de execução da Junta de Freguesia. Informou que foi pedido à Junta de Freguesia de Rio Maior que assegurasse a manutenção dos espaços junto dos Bairros Mãe D'Água e Fonte Lagoa, Jardim Eugénia Lima e uns pequenos canteiros localizados junto da Associação do Arco da Memória. Disse ainda que para a manutenção do Jardim Eugénia Lima a Junta de Freguesia solicitou à Câmara algum apoio técnico para delimitação dos serviços e informou que a Câmara respondeu de imediato a esta solicitação. Terminou dizendo que a pretensão da Câmara é ajustar esta competência consoante as operações vão decorrendo para se conseguir fazer o melhor possível. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Luis Filipe Santana Dias** que se transcreve na íntegra: -----

----- “De forma muito institucional, em primeiro lugar quero dar os parabéns a todos da Câmara Municipal por conseguirmos ter a maior delegação de competências de sempre, desde a História desta Autarquia. A maior delegação de sempre em valor às Juntas de Freguesia, portanto eu acho que isto é uma aposta clara em que entendemos as Freguesias como parceiras na realização do trabalho que temos para fazer em toda a “coisa pública”.-----

----- Em segundo lugar e no seguimento do que estava a dizer, um agradecimento à Senhora e aos Senhores Presidentes de Junta do concelho sem nenhum tipo de distinção pela relação franca, aberta e séria que temos desenvolvido. Utilizei uma expressão que tive como Presidente de Junta “sem mandantes e sem obedientes” com a clara noção de que as Freguesias não estão num patamar abaixo da Câmara, são uma Autarquia com a mesma legitimidade e portanto reconhecer nesta profícua relação que se desenvolveu com toda a Câmara e os Senhores Presidentes, um grupo de trabalho, com a mesma orientação, bem estar e a melhoria dos serviços para todos os riomaiorenses”. -----

----- **PONTO X – OPERAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA, AO ABRIGO DO ART.º 101, DA LOE2018, DESTINADA À LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DO EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO JUNTO DA DGTF, DENOMINADO POR PAEL – APROVAÇÃO DA ALTERAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL**

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação n.º 02/2018/AL/UF e respetivo parecer do Chefe de Divisão da Unidade Financeira, aprovar

a alteração à cláusula contratual, do contrato de financiamento apresentado pelo Banco Santander Totta, relativo à operação de Substituição de Dívida, ao abrigo do art.º 101, da LOE2018, destinada à liquidação antecipada do empréstimo contraído junto da DGTF, denominado por PAEL. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XI – DESISTÊNCIA DE GAVETÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, devolver as taxas pagas à requerente Sónia Maria Elias Gomes Pereira pela concessão do ossário 24-C no valor de 506,75 €.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XII – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO – BARBINES – ALCOBERTAS – RIO MAIOR – PROCESSO Nº. 133/2018**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às Informação do serviço de topografia datada de 12/6/2018, informação técnica do Gabinete Jurídico e Contratação Pública datada de 03/01/2019 e pareceres da Chefe da UUPOTEP datados de 7/09/2018 e 07/01/2019, certificar que a estrada que divide o prédio rústico, inscrito na matriz sob o artigo 72 da secção M, da freguesia de Alcobertas é de domínio público.-

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIII – CERTIFICAR DESTAQUE DE LOTE/PARCELA – BORRALHA OU VALE BOGALHO – ALTO DA SERRA – RIO MAIOR – PROCESSO Nº. 193/2018**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face Informação técnica de 27/12/2018 e parecer da Chefe da UUPOTEP de 03/01/2019, certificar que nada obsta à efetivação do destaque solicitado, por se encontrarem cumpridos os requisitos previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XIV – CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA PARA EFEITOS DO Nº.3 DO ARTº 37º CIMI – ARCO DA MEMÓRIA – RIO MAIOR – PROCESSO Nº.267/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, que para o prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 8464 da freguesia de Rio Maior, existe viabilidade construtiva, nos termos propostos na informação da Técnica Superior e parecer da Chefe da UUPOTEP, datados de 02/01/2019 e 03/01/2019. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XV – RECLAMAÇÃO SOBRE CONDIÇÕES DE SEGURANÇA E SALUBRIDADE – AVENIDA DR. MÁRIO SOARES RIO MAIOR - PROCESSO Nº.48/2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face ao Auto de Vistoria de 26/11/2018 e Proposta emitida pela Chefe da UUPOTEP, de 08/01/2019, notificar os proprietários para no prazo de 30 dias proceder: -----

----- Demolição total do edificado; -----

----- Limpeza com despejo a vazadouro dos resíduos da demolição; -----

----- Limpeza / desmatação total do prédio. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO XVI – ALTERAÇÃO ÀS REGRAS DE PARTICIPAÇÃO NO “CARNAVAL NO RIO 2019”** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da Informação n.º 1/CT/2019 de 4 de janeiro, aprovar a alteração às regras de realização e participação do Carnaval no Rio 2019, que constituem o anexo I à presente deliberação. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 11 DE JANEIRO DE 2019

os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____